

**ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES
MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA - CBH PN3**

Ata da 11ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba - CBHPN3, aos 11 do mês de maio de 2021, às 08h30min, por meio de vídeo conferência via plataforma Jitsi Meet, no link: <https://meet.jit.si/CBHPN3>, com a instalação do quórum exigido no Regimento Interno do CBH PN3. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: Diego Jorge de Oliveira Machado - PMMG; Amilton Alves Filho-SEMAD; Bruno Neto de Ávila - IGAM; Hideraldo Buch-SES - Sec. Estado da Saúde-Uberaba; Muriel Vilarinho - Pref. Munic. Ituiutaba; Elaine Aparecida Santos Oliveira- Prefeitura Municipal de Araporã; Sandro Domingues Parreira - Prefeitura Municipal Monte Alegre de Minas; Maria Clara Machado Alessi Ferreira - Pref. Mun. de Uberlândia; Rafael Ferreira de Melo - Prefeitura Municipal de Tupaciguara - Maurício Martins Lorena Filho - Prefeitura Municipal de Santa Vitória; Aristoclides Cançado Costa - S.A. Usina Coruripe; Maurício Garvil - ACII; Maria Eduarda Rodrigues da C. Gonçalves - FIEMG; Mário Jacob Yunes Júnior - SINCOTAP; Dênio Drummond Procópio - CEMIG; Clarimério Mamede Ferreira - COPASA; Anamaria Moya Rodrigues - Hidrosal; Sergio Gustavo Resende Leal - FONASC-CBH; Polyanna Custódio Duarte - ANGÁ; Eurípedes Luciano da Silva Júnior - ANGÁ; Antônio Geraldo de Oliveira - AMEDI; Roberto Parente Correia - ARPA/SV; Gustavo Malacco - Neoambiente; Marisa Malfer de Moraes - OAB-MG/44ª Subseção; Antônio Giacomini Ribeiro - ABES; Salim Curi - Prefeito do município de Santa Vitoria; Renato Jose de Paula - Vice Prefeito do município de Santa Vitoria; Isadora Silva Queiroz - Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Santa Vitoria; Rafael Ferreira de Melo - Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Santa Vitoria - Pablo Simoni Faria - Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Santa Vitoria. **Abertura:** Antonio Giacomini iniciou justificando que a reunião não aconteceu em data anterior na condição ordinária porque a pauta principal ainda carecia de prazo para receber os relatórios da CTRIE sobre outorga de grande porte, assunto a ser tratado na sequência da pauta assim como outros que serão tratados nos informes gerais das câmaras (CTRIE e CTPLAN). Informou o recebimento do ofício 018-2020/2021 da Prefeitura Municipal de Santa Vitória tratando da minuta do projeto de lei municipal sobre a criação da Política Municipal de Conservação do Recursos Hídricos de Santa Vitória e ressaltou a importância da participação ativa dos municípios na gestão das águas principalmente quando essa participação ocorre de forma oficial e normatizada por meio de propostas legislativas. Tal fato é de grande importância para o CBH no sentido de que requerem a participação do comitê nos permitindo atuarmos como um fórum de discussão e espaço de participação descentralizada de toda a sociedade e de todos os seus segmentos. Por isso é importante que o comitê participe contribuindo com adaptações vinculadas ao nosso plano de bacia frente a esta iniciativa da Prefeitura de Santa Vitória. Parabenizou o prefeito, os secretários e assessores pela iniciativa e agradeceu pelo convite de participação do comitê nesse processo. Solicitou registro de divulgação do projeto junto a todos os conselheiros e encaminhamento do material sobre o tema para as três câmaras técnicas para que discutam o assunto e apresentem contribuições numa próxima reunião, trazendo debate mais amplo para a plenária com possíveis apontamentos e diretrizes contributivas e relevantes. Ressaltou que, se a política de gestão das águas se dá por meio da gestão territorial, esta tem como objetivo fazer com que a interferência humana ocorra de maneira positiva garantido a preservação dos recursos naturais. Disse que a água é um bem econômico precioso à toda a sociedade, mas tem apresentado muitos problemas de qualidade devido a atuação humana, o que vai de encontro à necessidade de criação de políticas Municipais de Conservação de Recursos Hídricos para disciplinar a atuação humana junto aos processos físico-químicos e mecânicos oriundos das interações ambientais da própria bacia no curso do ciclo hidrológico. O item 2 da pauta tratou da aprovação da ata da 10ª Reunião Extraordinária do CBH-PN3, realizada na data de 23 de abril de 2021. Foi aberta votação e não havendo manifestação contrária, foi aprovada por unanimidade. No item 3, palavra dos conselheiros, Mauricio do município de Santa Vitória falou sobre o projeto Municipal de Recursos Hídricos. Explicou que o mesmo vem sendo trabalhado desde 2018. Passou muita dificuldade na parte legislativa principalmente. Citou as três secretarias envolvidas no projeto (desenvolvimento econômico, meio ambiente e

50 agricultura) juntamente com seus representantes. Segundo ele, a prefeitura pratica gestão participativa
51 contemplando ações de preservação dos recursos hídrico por meio de programas como o “Amigo Bacia
52 do Ribeirão Invernada”. O programa acontece em parceria com a com a COPASA e já concluiu 8km de
53 área cercada entre APP e nascentes e o plantio de 7mil mudas visando a preservação do curso
54 hidrográfico e o fornecimento de água para a população de Santa Vitória. Falou da importância da
55 participação no comitê por meio de seus representantes junto às questões políticas principalmente,
56 como por exemplo: na ANA (agência), com questões relativas ao desenvolvimento sustentável junto a
57 canalização do córrego, obra de inclusão social esperada pela população há vários anos para minimizar
58 problemas nos períodos de chuva. Com este empreendimento, o município espera mostrar para
59 sociedade que é possível trabalhar em harmonia, preservar e promover o desenvolvimento sustentável.
60 Por isso os representantes do município, buscam formas de trabalhar essas questões ambientais
61 preservando os recursos hídricos. Finalizou pedindo a participação do comitê junto a formulação da
62 minuta e na aprovação da outorga da canalização do Córrego de Santa Vitória. A secretária Elaine pediu
63 a palavra para informar que o CIDS (Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável)
64 está realizando junto a todos os municípios associados, a renovação dos planos municipais de
65 saneamento básico e dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos. Considerando que os sete
66 municípios que se enquadram na questão possuem representatividade no comitê, pede que a matéria
67 ou tema seja trazido para discussão na plenária para aproveitar esse momento de revisão dos planos
68 juntamente com a conscientização da necessidade de renovação por parte das prefeituras e instituições
69 envolvidas como a UFU, inclusive aproveitando a colaboração do Araguari na elaboração do plano de
70 saneamento. Antonio Giacomini concordou que a matéria deve sim ser pautada e trazida para discussão
71 na plenária uma vez que questões atuais que envolvem esse novo Marco legal do Saneamento e que
72 atingem principalmente os municípios menores, fazem com que revisem suas estratégias junto ao
73 consórcio para se adaptarem a essa nova realidade. Hideraldo Buch contribuiu sobre o tema
74 saneamento, mencionado por Elaine, informando que várias ações e questões já se encontram pautadas
75 dentro da discussão do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Concluiu que na próxima reunião
76 haverá mais informes sobre o tema que está vinculado à construção do novo Plano Nacional de Recursos
77 Hídricos. Antonio Giacomini pediu que sejam divulgados os vários acessos (formulários, vídeos e links)
78 do material disponível sobre o tema para que Cláudia possa divulgar a todos os conselheiros que queiram
79 participar. Hideraldo Buch concorda em colaborar com informações a serem divulgadas. No Item 4, o
80 coordenador da CTRIE fez apresentação do Programa de Comunicação Social destinado à divulgação da
81 cobrança pelo uso da água. Sérgio explicou que como não obteve um modelo definido sobre o programa
82 de comunicação, a presente elaboração foi baseada no conhecimento da equipe referente às ações
83 necessárias para que as pessoas entendam o “porquê” da cobrança pelo uso da água. Expos sobre toda
84 a dinâmica de ações que permeiam a implantação do programa: ações do plano junto à imprensa para
85 ter gratuidade na divulgação (jornal televisivo em horário estratégico). Confeção de cadastro dos
86 principais atores da bacia que poderiam ajudar na divulgação para os usuários sendo 3 por município.
87 Por exemplo: a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura e sindicato rural e às vezes a própria FIEMG
88 da região. Outro recurso de divulgação é a identidade visual como por exemplo o próprio site do comitê.
89 Criação de vídeos educativos sobre a gestão dos recursos hídricos vinculados a redes sociais como:
90 Facebook, YouTube, Instagram e às vezes, recursos com mídia paga para o público que tenha interesse.
91 A criação de uma cartilha impressa para oportunidades presenciais futuras junto com banners
92 confeccionados para divulgação. Produções de videoclipes de 5 minutos sobre a gestão dos recursos.
93 Promover duas consultas públicas a serem realizadas na bacia para contemplar o projeto. Explicou que
94 à questão de eventos online atende bem o desenvolvimento dos trabalhos na pandemia, mas também
95 fortalece a participação de especialistas e viabiliza que as pessoas assistam os eventos quando puderem.
96 Por fim, essa minuta foi encaminhada ao CBH Paranaíba e não tendo retorno positivo num primeiro
97 momento, Breno (presidente do comitê do Paranaíba) se comprometeu em ajudar no alcance desta
98 aprovação. Sérgio informou que, caso Paranaíba não realize o programa, já tem um plano “B” elaborado

99 embora seja um pouco menos robusto envolvendo menos recursos financeiros. A pedido de Antonio
100 Giacomini, Sergio falou rapidamente sobre a questão da cobrança. Informou que na última reunião com
101 o IGAM foi possível alcançar duas propostas. Inclusive foi solicitado ao órgão três simulações de cobrança
102 e as mesmas já foram encaminhadas à diretoria do comitê e a CTRIE que por sua vez fará uma reunião
103 que já está agendada para apresentação ao segmento usuário na próxima sexta-feira. Sergio e Maria
104 Eduarda pretendem reunirem-se com todos os demais segmentos posteriormente com expectativa de
105 agilizar o processo para que a metodologia de cobrança seja apresentada em plenária no mês de junho
106 conforme acordado com a diretoria. Sergio afirmou, que particularmente, acredita que o programa de
107 comunicação social precisa ser definido antes da plenária votar a metodologia, pois caso a sociedade
108 queira fazer alguma contribuição não haverá oportunidade de inserção dessas contribuições uma vez
109 que a metodologia já estará em votação. Será apenas informada de como será a cobrança. Questionado
110 por Antonio Giacomini sobre os três valores propostos pelo IGAM, Sergio revelou que o valor mais baixo
111 é 9 milhões e o maior valor 14 milhões de reais ao ano, o que garante ao PN3 boas expectativas para
112 fazer de fato a gestão de recursos hídricos da bacia. Antonio Giacomini pediu a continuidade do
113 andamento da implantação da cobrança da forma mais ágil como está prevista, ainda que não
114 acompanhe o processo de definição do programa de comunicação pois considera a questão da cobrança
115 mais urgente. Defendeu que sua construção se processa de forma coletiva através do consumidor do
116 comitê que é um elemento representativo da própria sociedade. Assim discordou do Sérgio, no sentido
117 de que a oportunidade de participação da sociedade está sendo realizada no próprio comitê por meio
118 dos representantes de todos os segmentos principalmente os usuários. Aproveitou para informar que
119 como estão previstas algumas reuniões com esses usuários antes da apresentação da minuta no início
120 do próximo mês, sugeriu que a CTRIE traga a proposta para plenária mesmo antes de começar o processo
121 da comunicação social. Considerou que quando for encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos
122 Hídricos permanecerá algum tempo neste trâmite onde com certeza sofrerá algumas alterações. Neste
123 prazo será dada continuidade ao processo de comunicação social. Sandro - Pref. De Monte Alegre de
124 Minas, contribuiu sugerindo a formação de uma comissão para apresentação e divulgação do plano
125 dentro da câmara de cada município e Sergio lembrou que além desta forma de divulgação nunca ter
126 sido realizada dentro dos comitês de bacias ainda há a questão da pandemia tornando inviáveis as
127 apresentações presenciais. Mas reforçou que o material de divulgação proposto na minuta do plano para
128 divulgação dentro das prefeituras poderá ser encaminhado às câmaras. Antonio Giacomini discordou de
129 Sergio e rebateu que se trata de uma boa estratégia de divulgação tendo em vista o andamento da
130 vacinação contra a Covid-19. Espera que em breve possam ser retomadas ações presenciais que
131 promovam maior engajamento entre os municípios, assim como deseja a diretoria do comitê que deve
132 direcionar algumas ações para os municípios até o final deste ano. Defendeu a ideia de se promover a
133 participação virtual desta possível comissão nas reuniões, também virtuais, das câmaras nos mesmos
134 moldes em que elas estão acontecendo no período pandêmico. E concluiu que uma boa gestão de
135 território deve procurar alavancar novas alternativas de empreender a participação da sociedade como
136 um todo, principalmente na questão dos recursos hídricos. E com a implantação da cobrança, é preciso
137 estreitar os laços de proximidade com aqueles que fazem os pagamentos. Precisam ser ouvidos e
138 atendidos em suas necessidades relativas ao comitê. Gustavo Malacco contribui parabenizando o
139 trabalho em andamento sobre o plano bem como as expectativas de arrecadação que irão viabilizar a
140 escolha de uma agência que faça um trabalho confiável e transparente com ética e respeito. Alertou
141 sobre os desafios que virão com a questão financeira na implantação da cobrança. Lamentou a tratativa
142 negativa por parte do Paranaíba em apoio às questões do comitê, mas considerou que é preciso tentar
143 fazer o possível para garantir qualidade das atividades relativas à bacia buscando apoio nas questões
144 legislativas junto aos municípios. Segundo Gustavo, diante das dificuldades com governos federais e
145 estaduais são as prefeituras que viabilizam a implementação de políticas de recursos. Defendeu a
146 sugestão do Sandro de se fazer chegar ao conhecimento dos legisladores a dinâmica que permeia as
147 atividades do comitê juntamente com a necessidade de se criar uma equipe específica para

148 determinadas questões até mesmo para não haver sobrecarga de trabalho para o grupo. Retomando a
149 palavra, Sergio explicou que como a proposta do Sandro foi bem aceita é preciso que seja colocada por
150 escrito junto às ações proposta no plano de comunicação social. Mencionar que envolve custos para a
151 empresa que será contrata como por exemplo, gastos com combustível uma vez que é presencial.
152 Antonio Giacomini pediu que a própria CTRIE faça esta alteração escrita, mencionando a hipótese mais
153 onerosa por ser presencial e faça referência ao quantitativo dos municípios. A sugestão de Sandro foi
154 votada e aprovada juntamente com a proposta do plano de comunicação apresentado pelo coordenador
155 da CTRIE, Sr. Sergio. No Item 5 - Relatório Técnico da CTRIE, referente ao processo de Outorga de Grande
156 Porte que trata da canalização do Córrego, Sergio fez um breve apontamento das considerações gerais
157 que foram: não apresentação de restrição por parte do IGAM, ou seja, não solicitou ao empreendedor
158 nenhum tipo de alternativa à canalização de Córrego. O plano diretor do comitê não contribuiu pois
159 carece de atualização no sentido de que não se faz mais canalização de Córrego a não ser em casos
160 extremos uma vez que existem outras alternativas de controle de enchentes como a criação de parques
161 à beira do Córrego. E o fato do município já ter conseguido o recurso devido a urgência na execução da
162 obra para que ocorra agora no período de secas dada sua importância para população devido às
163 enchentes. Como condicionante um, o IGAM solicitou apenas a apresentação de fotos do
164 empreendimento e a CTRIE então propôs melhorias e apontou a apresentação de relatório técnico,
165 fotográfico de execução das obras de acordo com projeto previsto, acompanhado de anotação de
166 responsabilidade técnica (ART) certificando que foi executado de acordo com que foi apresentado ao
167 IGAM. Diante do pedido de urgência por meio de ofício por parte do município e na presença do prefeito
168 e vice-prefeito, a CTRIE optou por fazer o relatório e a reunião ao mesmo tempo, uma vez que não há
169 nenhuma outra proposta de condicionante. Sergio finalizou a apresentação da minuta expondo que,
170 particularmente, é a favor de sugestões da plenária uma vez que o projeto de canalização deveria ter
171 um plano alternativo apresentado paralelo a este, indicando sua viabilidade. O momento foi aberto aos
172 conselheiros para discussão e Maurício como representante do município de Santa Vitória reforçou mais
173 uma vez o grau de importância desta obra para o município, mencionando os envolvidos e as ações
174 demandadas no projeto e pediu a aprovação do mesmo. Antonio Giacomini esclareceu a Maurício que
175 ao mencionar as alternativas locais o comitê não tem a intenção de prejudicar a população. Muito
176 pelo contrário, tecnicamente atinge os mesmos objetivos, que são evitar enchentes e melhorar a
177 travessia, por meio de utilização de metodologias construtivas que podem inclusive propiciar a criação
178 de uma área de lazer. Gustavo Mallaco, contribuiu dizendo que ao contrário do que foi dito por Maurício,
179 sobre eventos ocorridos na Europa envolvendo desmatamento e questões ambientais, há sim uma
180 grande preocupação com o desenvolvimento sustentável e bem-estar da população. E em vários países
181 europeus podem ser comprovadas ações notórias de preservação da natureza. Considerou que, de seu
182 ponto de vista, seria uma pena a canalização ser a única alternativa viável à questão uma vez que
183 representa o fracasso da política de recurso hídrico porque pode futuramente criar outros problemas.
184 Por isso, o órgão de gestão deve sim discutir alternativas técnicas locais ajustadas à tecnologias e
185 processos que possam ser aplicados em favor da revitalização de bacias. E sugeriu que futuramente o
186 comitê possa ampliar o debate sobre esta questão, oferecendo oportunidade de melhor esclarecimento
187 aos órgãos gestores e à população sobre a representação deste tipo de obra. Citou exemplo da cidade
188 de Uberlândia onde a muito tempo não se aplica mais obras como esta. Eurípedes - ANGÁ se posicionou
189 em favor a Sergio, sobre a necessidade de reavaliação do projeto enquanto única alternativa para um
190 problema que só tende a ser aumentado futuramente. Justificou o posicionamento da ANGÁ contrário à
191 aprovação do projeto. Segundo ele, se o prefeito relatou que foram avaliadas alternativas técnicas e que
192 esta foi a melhor escolhida, tais alternativas precisam ser trazidas para serem avaliadas junto com o
193 comitê. Finalizou concordando com Gustavo, que esta discussão possa ocorrer dentro da própria Câmara
194 Técnica e em plenária no intuito de maiores esclarecimentos. Antonio Giacomini pediu para que Bruno
195 como representante do IGAM se posicionasse quanto a emissão de seu parecer deferido e sobre questão
196 das alternativas locais. Bruno explicou que essas questões geralmente são tratadas dentro do

197 próprio projeto e no caso deste, a estrutura apresentada aponta dados compatível com o que possa
198 ocorrer naquela porção da bacia. Descreveu o projeto como sendo de canalização parcial a céu-aberto
199 com abrangência parcial de um trecho da área urbana com expectativas de melhorias na acessibilidade
200 de interligação dos bairros dentro do município. Sobre as alternativas locais pontuou que sendo
201 um projeto de estrutura pequena, estão associadas a algum tipo de aplicação de curso d'água para
202 melhorar a drenagem da água neste trecho da área urbana. E paralelamente existe outro projeto de
203 construção de uma barragem estrutural que ajudará na regulação da pressão da água nas enchentes.
204 Antonio Giacomini, na condição de conselheiro, pontuou que de acordo com a concepção adotada, o
205 projeto, seus estudos e a parte hidrológica estão muito bem elaborados. Sugeriu o acréscimo de outra
206 condicionante para discussão: a elaboração de um plano de monitoramento e manutenção do canal e
207 das condições ambientais de jusante com periodicidade semestral (em dois momentos do ano) pois as
208 imagens anexas ao projeto revelam uma grande variedade de lixo atravancando o leito do córrego e a
209 jusante gerando enorme quantidade de sedimentos. Pontuou que Maurício precisa tomar medidas para
210 manutenção da limpeza e criação de uma área de aterro. Maurício alegou que como a prefeitura já faz
211 essa limpeza, esta colocação será importante fator a ser agregado ao projeto. Pablo Simone Faria,
212 engenheiro civil da prefeitura de Santa Vitória, deu seu testemunho em defesa da aprovação do projeto
213 na condição de profissional capacitado que acompanhou a elaboração do projeto e como morador que
214 conheceu a realidade das mudanças positivas que ocorrerão na cidade de Ituiutaba em situação
215 semelhante quando houve a canalização do Córrego São José. Pontuou que compreende e respeita as
216 ponderações dos conselheiros sobre as alternativas técnicas do projeto. Mas, sendo conhecedor das
217 duas realidades, garante que será uma obra que irá melhorar muito a qualidade de vida da população.
218 Pediu que todos observem os detalhes no momento da apresentação do projeto e assegurou que o
219 mesmo irá facilitar a manutenção da limpeza do canal e tráfego na área. Sr. Salim Curi - Prefeito do
220 município de Santa Vitoria, falou à plenária sobre as entidades envolvidas no projeto e pediu a
221 colaboração do comitê no sentido de agilizar o processo de aprovação do projeto em função de fatores
222 como: financeiro, devido a constante alta de preços de materiais para construção e naturais, relativo ao
223 período de seca ou estiagem para execução da mesma. Falou sobre a estrutura de segurança e áreas de
224 laser contempladas no projeto e concluiu ressaltando, mais uma vez, a necessidade da aprovação do
225 comitê. Antonio Giacomini explicou que o projeto será votado e que o comitê compreende a urgência
226 do município nesta aprovação. Mas pediu compreensão junto a totalidade de representações que o
227 compõe visto que trabalha nos moldes da democracia. Isadora Silva Queiroz, engenheira da Prefeitura
228 de Santa Vitória fez a apresentação visual e detalhada do projeto. Evidenciou detalhes estruturais e
229 paisagísticos, contextualizou a trajetória de elaboração executiva e financeira bem como as entidades
230 envolvidas nos trâmites, inclusive órgãos ambientais estaduais e federais juntamente com seus devidos
231 pareceres e documentos oficiais. Após apresentação do projeto, Eurípedes – ANGÁ, questionou se as
232 mudas que foram citadas na apresentação já são as direcionadas para recuperação de app como
233 condicionante da autorização para intervenção. Isadora responde que sim, serão incorporadas ao
234 projeto e explicou que uma área próxima ao município também será contemplada, onde existe uma
235 nascente, e um quantitativo destas mudas será também destinado a ela. Eurípedes propôs uma terceira
236 condicionante considerando a ação de recuperação da nascente e o plantio dessas mudas. Propôs a
237 apresentação e execução de um projeto de educação ambiental tendo como tema principal “A
238 importância do gerenciamento de resíduos sólidos e a recuperação de nascentes e apps para
239 conservação de recursos hídricos”. Maria Eduarda pede orientação a Bruno sobre a portaria de nº48 do
240 IGAM, que trata das condicionantes relativas a concessão de outorga em que aponta três pontos de
241 restrição que comprometem a condicionante sugerida por último. Propõem que seja feita uma
242 recomendação a SUPRAM e não a estabeleça como condicionante da outorga. Bruno confirma a restrição
243 contida na portaria. Gustavo Mallaco se posicionou dizendo que a temática é antiga e demonstra
244 posicionamento reducionista por parte do IGAM que a embasa em atos infra legais, conduta contrária
245 às políticas estaduais que pregam a integração entre gestão ambiental e gestão recursos hídricos.

246 Considerou que, se as leis estaduais e federais são maiores que atos infra legais, o IGAM deveria ser mais
247 restritivo na ampliação do debate e não na restrição do comitê quanto a sua atuação. Antonio Giacomini
248 concordou que realmente é um debate cansativo, antigo e redundante tanto do IGAM quanto da FIEMG
249 que só amplia restrições e não produz resultados. Como conselheiro, se posicionou a favor da integração
250 entre as três condicionantes propostas. Amilton - SEMAD, afirmou que concorda com a visão de
251 integração das ações propostas mas lembrou a plenária que é preciso considerar as questões legislativas
252 próprias que permeiam algumas instituições e assim regem a implantação de ações de maneira
253 dissociadas. Como exemplo, explicou que a condicionante três está contemplada no artigo 13 da DN
254 copam 214/2017 em que dispensa a apresentação de programa de educação ambiental para o
255 empreendimento enquadrado no licenciamento ambiental simplificado de classe 2. Isadora contribuiu
256 com o fechamento da discussão da questão reforçando a validade da condicionante uma vez que o
257 projeto contempla a licitação de uma empresa que irá fazer um trabalho socioambiental junto à
258 população. Sergio lembrou que uma discussão semelhante a esta sobre legalidade já foi realizada na
259 CTRIE na outorga anterior e sugeriu seja feito da mesma forma, usando o mesmo texto, pois caso a
260 análise legal não seja favorável à sugestão da condicionante já estará recomendada ao processo
261 ambiental. Eurípedes se posicionou apreensivo quanto ao encaminhamento de recomendação da
262 condicionante uma vez que as entidades seguem legislações e normatizações próprias como foi exposto
263 por Amilton. Salim-Prefeito de Santa Vitória, reforçou que a execução do projeto socioambiental descrito
264 pela engenheira Isadora está vinculada à liberação dos recursos financeiros que irão garantir o
265 empreendimento como por exemplo o FGTS pela Caixa Econômica Federal, por isso a ação proposta na
266 condicionante três será executada de qualquer forma. Antonio Giacomini questionou à Vinícius sobre a
267 possibilidade de inserir as ações propostas na condicionante três junto à Caixa Econômica Federal.
268 Vinícius assegura que é possível o encaixe da ação proposta uma vez que a parceria entre a prefeitura e
269 a instituição prezam as boas práticas para garantir o bom andamento do plano, inclusive Maurício
270 contribuiu informando que desde o ano de 2017 o município já vem trabalhando junto à população a
271 questão da preservação dos recursos hídricos por meio de programas que buscam esta conscientização.
272 Marisa se pronunciou antecipando seu voto favorável ao plano como está atualmente. Defendeu a
273 possibilidade de conscientização da população como algo tranquilo já que espera ser beneficiada pelo
274 projeto e que este, com certeza, não será inviabilizado por conta do desfecho da condicionante. Diante
275 da discussão sobre as alterações feitas no texto da condicionante onde foi incluído o trecho referente a
276 recuperação de nascentes e apps para conservação dos recursos hídricos, Antonio Giacomini pediu
277 mudança na última redação sugerida por Eurípedes e Marisa pois considerou que a informação não está
278 diretamente vinculada ao projeto em questão e por isso se torna um ponto fraco e propenso a não
279 contribuir com o resultado positivo na avaliação. Eurípedes e Marisa justificaram o acréscimo das
280 informações no texto da condicionante, porém a informação foi alterada. Elaine questionou a
281 engenheira Isadora se o município possui plano de saneamento básico e Isadora responde que sim,
282 inclusive o mesmo está em fase de revisão ou atualização junto ao consórcio. Marisa precisou sair da
283 reunião por isso antecipou seu voto favorável ao plano e Antonio Giacomini deu início ao processo de
284 votação das condicionantes dois e três acrescentadas no relatório. Apresentou a pauta com as
285 deliberações, fez uma breve leitura do texto das condicionantes com as devidas correções ortográficas.
286 A condicionante dois foi aprovada com dois votos de abstenção de: Gustavo Mallaco - Neoambiente, que
287 se justificou em desacordo com a falta de apresentação de alternativas tecnológicas do projeto. Bruno -
288 IGAM, por representar o órgão gestor. A condicionante três foi aprovada com quatro votos de abstenção
289 e um voto contrário: Eurípedes - ANGÁ, absteve-se por ser o proponente. Gustavo Mallaco - Neoambiente,
290 se justificou em desacordo com a falta de apresentação de alternativas tecnológicas do projeto. Bruno -
291 IGAM, por representar o órgão gestor. Elaine - Prefeitura Municipal de Araporã, não concordou com o
292 texto. Maria Eduarda - FIEMG manifestou voto contrário por não concordar com as condicionantes
293 propostas. O relatório com as condicionantes já incluídas foi votado e aprovado com três abstenções
294 justificadas, sendo: Gustavo - Neoambiente, Eurípedes - ANGÁ (não concordaram com o texto) Bruno -

295 IGAM representando o órgão gestor. Na sequência da pauta, após leitura do documento oficial foi votada
296 e aprovada a DN nº 45 referente ao processo de outorga com três abstenções justificadas dos
297 conselheiros Gustavo Mallaco-Neoambiente, Eurípedes- ANGÁ e Bruno - IGAM, pelos mesmos motivos
298 já descrito acima. Finalizado processo de votações, Antonio Giacomini pronunciou o resultado favorável
299 aos representantes do município de Santa Vitória e sinalizou que assim que finalizar a pandemia o comitê
300 irá visitar o empreendimento. Agradeceu a todos os conselheiros pela participação democrática e
301 passou a palavra ao prefeito Salim Cury que agradeceu a todos pela participação no processo de
302 aprovação do empreendimento. No item 7, informes gerais das Câmaras Técnicas, Sergio representante
303 da CTRIE já havia repassado, conforme está registrado, os informes referentes ao Plano de Comunicação
304 Social e ao cronograma. Eurípedes da CTPLAN informou que fez as atualizações dos valores das ações
305 com os índices da IPCA, o mesmo índice utilizado para a atualização dos valores de cobrança da outorga
306 e obteve uma previsão de arrecadação de 9 milhões a 14 milhões. Com este estudo fará uma projeção
307 de aplicação dos recursos conforme prioridades das ações determinadas pelo plano. Pretende
308 apresentar o resultado em reunião e posteriormente encaminhá-lo à CTRIE para que esta possa embasar
309 a decisão quanto a escolha do melhor arranjo da cobrança para apresentá-lo na plenária. Antonio
310 Giacomini explicou que a câmara Técnica CTIL não tem informes porque não foi acionada pelo comitê
311 uma vez que não há pendências em análise. Informou que a secretaria do comitê irá enviar para as
312 Câmaras Técnicas o material sobre a criação do Projeto Político Municipal de Conservação e Recursos
313 Hídricos de Santa Vitória para que seja discutido e trazido para plenária. As câmaras poderão fazer
314 reuniões conjuntas para análise deste documento bem como convidar o pessoal do município de Santa
315 Vitória, representantes do empreendimento, para participar das discussões. Finalizou a reunião
316 agradecendo, mais uma vez a participação de todos.



317

318 Antônio Giacomini Ribeiro

319 Presidente em exercício do CBHPN3



Elaine Aparecida de Oliveira.

Secretaria Executiva